



Possível entrada do Brasil na OCDE divide opiniões em debate

Governo brasileiro tem negociado, com os Estados Unidos, a participação do país na organização, mas as normas rígidas e as condições de Trump preocupam economistas

Debatedores alertaram, na Comissão de Relações Exteriores, para a possível perda de autonomia que o Brasil terá se ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Eles ressaltaram que o governo de Trump condiciona a entrada na OCDE ao Brasil abrir mão do tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio (OMC). Já para membros do governo, a entrada na OCDE será benéfica e o tratamento especial da OMC desestimula a exportação de produtos de maior valor agregado. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para o senador Jaques Wagner (ao microfone), que presidiu o debate, o processo de adesão à OCDE é lento e precisa do apoio de todos os integrantes efetivos

Avança prioridade a vítima de violência doméstica em perícias

Projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos estabelece que mulheres vítimas de violência doméstica e familiar poderão ter prioridade na realização de exames periciais necessários à comprovação da agressão. A proposta segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça. **7**



Arthur Monteiro/Agência Senado

Texto busca acelerar coleta de provas em denúncias pela Lei Maria da Penha

Concurso público poderá ter prova e edital em Libras **6**

Criança deve ter preferência para adquirir prótese **4**

Debate: orçamento impositivo gera divergências **5**

Chanceler do Marrocos visita Davi Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Marrocos, Nasser Bourita. **2**



Marcos Brandão/Senado Federal

Davi Alcolumbre e Nasser Bourita conversam sobre as relações dos dois países

Projeto prevê venda de imóveis funcionais do Legislativo

Proposta apresentada pelos senadores Marcio Bittar e Eduardo Girão prevê a venda de apartamentos funcionais do Senado, da Câmara e do TCU. **4**

Texto permite que mãe de prematuro adie início de licença

Avança a tramitação de projeto que permite a mãe de prematuro, ou de bebê internado ao nascer, adiar a licença até após a alta do recém-nascido. **7**

Setor de tecnologia pede verba do Fundo Social

A aprovação do texto que destina 20% dos rendimentos do Fundo Social para o desenvolvimento científico foi pedida ontem em debate. **8**

VOCÊ JÁ PASSOU UMA NOTÍCIA ADIANTE SEM CHECAR SE ERA VERDADE?

Davi recebe chanceler do Marrocos, Nasser Bourita

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional visitou ontem o presidente do Senado, que destacou a afinidade do Brasil com o país e lembrou que seus bisavós eram marroquinos

O MINISTRO DOS Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Marrocos, Nasser Bourita, se encontrou ontem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A visita oficial do chanceler marroquino ao país tem como objetivo o estreitamento dos laços bilaterais e acontece meses após a vinda do primeiro-ministro do Marrocos, Saade Dine El Otmani, ao Brasil, para a posse do presidente Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro.

O ministro participou, no Salão Negro do Congresso, da abertura da exposição *Brasil-Marrocos: uma amizade mais que centenária*, de iniciativa da Presidência do Senado (*leia abaixo*).



Davi cumprimenta Nasser Bourita, ao lado do senador Jean Paul Prates

Davi recebeu o ministro destacando a afinidade com o país africano ao contar que seus bisavós maternos vieram da cidade de Tânger, no Marrocos, para o Brasil há 110 anos. Bourita lembrou que o judaís-

mo está enraizado na história do Marrocos e que, mesmo sendo o Islã a religião oficial, o rei Mohammed VI defende o livre exercício de todos os cultos religiosos no país.

O chanceler relatou que, em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, encaminhou acordos bilaterais nas áreas de investimentos, cooperação jurídica e defesa, bem como um memorando de entendimento sobre cooperação entre academias diplomáticas. Davi disse esperar que a parceria entre os dois países renda mais desenvolvimento e aprofunde a relação de amizade.

— O nosso país vive um momento de muita dificuldade e desigualdade social e nós, no Congresso Nacional, estamos engajados em ajudar o governo brasileiro a promover o crescimento econômico e a igualdade para todos os cidadãos. Esperamos que Brasil e Marrocos, irmanados, avançando nesta agenda bilateral, possamos contribuir para o desenvolvimento dos dois países.

Participaram da reunião o embaixador do Marrocos, Nabil Adghoghi, e os senadores Chico Rodrigues (DEM-RR), Jean Paul Prates (PT-RN), Paulo Rocha (PT-PA) e Carlos Viana (PSD-MG).

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Exposição revela aspectos das relações entre os dois países

O Senado abriu ontem, no Salão Negro, a exposição *Brasil-Marrocos: uma amizade mais que centenária*. A mostra reúne o que há de comum na história entre os dois países e aborda aspectos como as relações diplomáticas no século 19, a migração dos judeus marroquinos para o Brasil e a criação artística como vetor das relações binacionais.

Organizada pela embaixada de Marrocos, a exposição ficará aberta até o dia 23.

O segundo-vice-presidente do Grupo Parlamentar

Brasil-Marrocos, senador Carlos Viana (PSD-MG), ressaltou que as histórias dos dois países são antigas, vêm da ocupação da Península Ibérica, feita em boa parte por árabes marroquinos.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) destacou a migração de marroquinos, no século 19, com o Ciclo da Borracha.

— Esses marroquinos criaram importantes comunidades judaicas no Pará, no Amapá e no Amazonas.



A exposição, no Salão Negro do Congresso, está aberta até o dia 23

Rádio Senado apresenta cena dos podcasts no país

Você sabe o que é um *podcast*? Trata-se de uma forma de adquirir informações que está se popularizando no Brasil. O *podcast* é um arquivo de áudio que você por ter, em seu celular por exemplo, e ouvir em qualquer lugar. E os produtores de *podcasts* em nosso país apresentam uma diversidade de temas para a sua escolha. Saiba mais sobre o panorama do *podcast* no

Brasil na reportagem especial “E o Brasil descobre o *podcast*”, do jornalista Rodrigo Resende. Você vai ouvir a participação de alguns dos maiores *podcasters* do Brasil, como Ivan Mizanzuk (Anticast e Projeto Humanos), Juliana Wallauer (Mamilos) e Rodrigo Vizeu (Presidente da Semana e Café da Manhã). Vai saber também que o Senado já está inserido nessa nova mídia. A

reportagem vai ao ar de hoje até sexta-feira, às 8h30, no *Conexão Senado*, com reprises às 22h e no fim de semana: sábado (22 de junho), às 10h e, no domingo (23 de junho), às 17h. Os áudios também estarão disponíveis no site da Rádio Senado.

“E o Brasil descobre o *podcast*” de hoje a sexta-feira, às 8h30, no programa *Conexão Senado*

Microempresas inadimplentes poderão retornar ao Simples

Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do Simples Nacional em janeiro de 2018 por inadimplência poderão extraordinariamente fazer nova opção pelo regime tributário. A permissão está garantida pela Lei Complementar 168, de 2019, publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União*.

Naquele ano, cerca de 500 mil empresas foram excluídas do programa por débitos pendentes.

A norma foi promulgada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, depois que o Congresso Nacional rejeitou, na semana passada, um veto

do ex-presidente Michel Temer ao projeto que permitiu aos micros e pequenos empresários optantes do regime especial retorno ao Simples Nacional se aderissem a um programa de refinanciamento de dívidas, conhecido como Refis do Simples.

Com o veto derrubado e a promulgação da lei, os optantes do regime especial terão prazo de 30 dias para fazer nova opção pelo Simples Nacional, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018.

As dívidas poderão ser parceladas com descontos de até 90% dos juros, 70% das multas e 100% dos encargos legais.



Microempresa do DF: prazo para retornar ao sistema será de 30 dias

Jean Paul questiona motivações para vender subsidiárias

Jean Paul Prates (PT-RN) defendeu ontem o Projeto de Lei (PL) 3.460/2019, que prevê a obrigatoriedade de uma autorização específica do Congresso quando houver a intenção de alienação de ativos de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas.

Ele anunciou que vai pedir duas audiências públicas, uma na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e outra na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para discutir as atuais políticas de preços da Petrobras e as iniciativas para a venda de ativos da empresa.

Kajuru condena gastos das assembleias legislativas

Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou ontem os gastos das assembleias legislativas, considerados por ele excessivos. Segundo o senador, os deputados estaduais, juntos, custam cerca de R\$ 20 bilhões por ano.

Kajuru afirmou que as Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais ganham destaque na mídia pela quantidade de funcionários em cada gabinete.

— Segundo *O Globo*, há cerca de 70 funcionários para cada um dos 70 parlamentares no Rio, ou seja, em torno de 5 mil pessoas na folha de pagamento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para pronunciamentos

9h Sessão não deliberativa para discursos de senadores.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Entrada do Brasil na OCDE provoca polêmica

Para economista e senadores, Brasil pode ter perdas ao abrir mão do tratamento especial diferenciado (TED) que tem na OMC. Governo, ao contrário, diz que o país se beneficiará

O ECONOMISTA E professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Paulo Nogueira Batista advertiu os integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE) sobre a possível perda de autonomia que o Brasil terá para traçar políticas públicas caso o país ingresse na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por iniciativa do senador Jaques Wagner (PT-BA), a CRE debateu as negociações entre Brasil e Estados Unidos sobre a entrada do país na organização. Também participaram da audiência representantes dos ministérios da Economia, da Agricultura e das Relações Exteriores.

Para Paulo Nogueira, não seria conveniente para o Brasil ficar preso a estratégias de desenvolvimento características de países muito diferentes.

— A OCDE é um clube normativo, com normas que restringem severamente a aplicação de políticas de desenvolvimento que convêm a nós. E o governo Trump ainda condiciona nossa entrada a abrir mão do tratamento especial diferenciado [TED] na Organização Mundial do Comércio [OMC], o que será um pedágio muito pesado para o país. Então é absurdo. Estamos optando por uma estrada estreita e problemática que conduz ao precipício. O precipício é perder a soberania na definição de uma série de políticas públicas num grande número de áreas — disse.

Conhecimento

O diretor do Departamento de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Fernando Alcaraz, disse, no entanto, que o Brasil será beneficiado com o ingresso na OCDE. A organização, afirmou, tem 60 comissões de estudos e avaliações de políticas em todas as áreas, com pessoal qualificado de diversas partes do mundo. Esse conhecimento, disse, estará disponível ao país e poderá ser usado na gestão governamental brasileira.

De acordo com ele, mesmo que a OCDE recomende políticas públicas, a decisão final



Autor do pedido para a audiência, Jaques Wagner (C) comandou a reunião na Comissão de Relações Exteriores sobre o ingresso do país na OCDE

cabe ao país e, portanto, não haveria riscos à soberania.

— Pelo fato de ser um *key partner* [parceiro preferencial], mas ainda não um membro pleno, aderimos já a uma a uma série de instrumentos da OCDE, porém sem direito a voto. Queremos melhorar o ambiente de negócios e dinamizar nossa economia, por isso reivindicamos a adesão plena. Hoje a OCDE está revisando, por exemplo, a legislação no que tange a fluxos de capitais e nós não temos nenhuma condição de interferir.

Influência

A falta de poder dos países em desenvolvimento para influenciar decisões internas da OCDE, aliada ao tratamento não diferenciado que o Brasil terá, também são aspectos apontados por Paulo Nogueira como nocivos o Brasil.

Um cenário muito diferente ao que o país tradicionalmente encontrou na OMC, onde liderou as nações em desenvolvimento e foi o mais beneficiado pelo mecanismo de solução de controvérsias.

Para Nogueira, o Brasil vai se apegar ao aceitar abrir mão do TED, condição imposta pelos Estados Unidos para que o país faça parte da OCDE. Países como Coreia do Sul, Nova Zelândia, Estônia, México e Chile, ressaltou, não abriram mão do TED para entrar na OCDE. A exigência também não está sendo cobrada de Argentina, Colômbia, Bulgária ou Romê-

nia, que também negociam o ingresso na organização. China e Índia, outros dois países que fazem parte dos Brics, nem cogitam abrir mão do TED para entrar na OCDE, segundo o economista.

Clube dos Ricos

Atualmente 36 países compõem a OCDE. Conhecida como “clube dos ricos”, a organização criada em 1961 até hoje mantém a marca, segundo Paulo Nogueira, por ter sido fundada por uma grande maioria de nações com alto índice de desenvolvimento socioeconômico. Diferenças que prejudicariam também o mercado de capitais no Brasil.

— A liberalização da conta de capitais praticada na OCDE é bem mais radical que a recomendada pelo FMI [Fundo Monetário Internacional]. Muitos economistas, aos quais eu me alinho, entendem que adotar este tipo de política não favorece países em desenvolvimento. Uma das muitas razões por que China e Índia nem cogitam entrar na OCDE é esta, justamente porque adotam um regime de administração da conta de capitais. Muito mais bem-sucedido que o de outros países emergentes que adotam políticas liberais — opinou.

Mas para o secretário de Política Exterior do Itamaraty, Norberto Moretti, a entrada do Brasil na OCDE será benéfica ao país. Segundo ele, todos os acordos do Brasil hoje beneficiados com TED

na OMC serão mantidos e só perderão o benefício nas negociações futuras.

— Quando levamos em conta o potencial de atração de investimentos que a adesão à OCDE provoca, além do aprimoramento das políticas públicas subsequentes, os ganhos econômicos são inegáveis. A tendência da OMC hoje é limitar o TED apenas aos países mais pobres do mundo, e nós não nos enquadramos mais. Além do mais, historicamente, o tratamento especial diferenciado falhou como estratégia de desenvolvimento para a maioria dos países que o adotaram. Porque o TED desestimula a exportação de produtos de maior valor agregado. O mais importante para nações como o Brasil é trabalhar na reforma das regras da OMC do que se ater ao TED — defendeu.

Moretti ressaltou ainda que, segundo estudos do Itamaraty, o Brasil estaria hoje em conflito com menos de 10% dos protocolos da OCDE. Ou seja, a eventual adesão não causaria, segundo ele, esforços traumáticos de adaptação, com a conveniência de reduzir consideravelmente as avaliações de risco dos investidores internacionais.

Exportações

O coordenador-geral de Competitividade do Ministério da Agricultura, Carlos Halfeld, disse que as exportações do agronegócio não sofrerão perdas se o Brasil abrir mão da TED para entrar

na OCDE. Isso porque o país ainda está longe de atingir as cotas relativas à exportação de cada produto no âmbito da OMC, uma consequência direta da diversificação do comércio exterior brasileiro.

O senador Jaques Wagner e o ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Welber Barral ressaltaram que a fase de adesão de um país na OCDE é lenta e precisa do apoio de todos os integrantes efetivos. Para eles, esse processo provoca incertezas e pode amarrar o país a pré-requisitos durante anos, para que as negociações sejam mantidas.

Fila

Barral ainda disse que Argentina e Colômbia estão na frente do Brasil nesse processo, o que deve atrasar a adesão brasileira na fila de nações latino-americanas.

— A nota oficial brasileira [sobre o ingresso do Brasil] menciona que a adesão se dará em linha com a proposta dos EUA. Nas rodadas Uruguai e Doha da OMC, o Brasil era o líder dos emergentes. Nos termos em que negocia a entrada na OCDE, o Brasil perde essa posição. Modifica nossa condição negociadora em temas relevantes da OMC e perde protagonismo — disse.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) também criticou a “subserviência” aos EUA e disse temer que a nova diretriz provoque perdas em negociações de comércio do Brasil com a China.

VOCÊ SABE IDENTIFICAR
UMA NOTÍCIA FALSA?

Projeto prevê venda de imóveis funcionais

Proposta apresentada pelos senadores Marcio Bittar e Eduardo Girão autoriza a comercialização de apartamentos usados por parlamentares e membros do TCU

UM PROJETO DE lei que autoriza a venda dos apartamentos funcionais utilizados por parlamentares e membros do Tribunal de Contas da União (TCU) foi apresentado pelos senadores Marcio Bittar (MDB-AC) e Eduardo Girão (Podemos-CE). O PL 3.408/2019 está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No texto, os autores argumentam que os imóveis de propriedade do Legislativo exigem elevados gastos anuais com manutenção, reforma, modernização e compra de eletrodomésticos, entre outras despesas cotidianas. Além disso, a quantidade de moradias existentes não atende totalmente os 594 membros do Congresso (513 deputados e 81 senadores), o que gera problemas para alcançar um “delicado equilíbrio entre os parlamentares”. Atualmente, o Legislativo gasta pelo menos R\$ 21 milhões por ano para manter os 504 apartamentos funcionais de seus membros.

Girão ressaltou que o Brasil passa por um momento de enxugamento e simplificação dos gastos públicos e que não

é razoável todo o gasto com o gerenciamento de imóveis funcionais para membros do Poder Legislativo e do TCU.

— O Brasil caminha para um “pé no chão”, para uma redução de gastos, para deixar a máquina cada vez mais voltada para as atividades básicas da população. O que a população quer é educação, saúde, segurança, habitação, e não ficar se preocupando com situação de imóvel, de estar pagando manutenção, zeladoria e guardas. Porque tudo isso é pago com o dinheiro da população. Então acho que tem que se enxugar o custo do Brasil, para sobrar dinheiro para áreas mais importantes — disse.

Os autores destacaram que o valor apurado com as vendas será convertido em renda para a União, irá para os cofres do Tesouro, com aplicação obrigatória em programas habitacionais de caráter social, como o Minha Casa, Minha Vida.

— O dinheiro da venda desses imóveis vai ser investido em várias áreas, dentro das quais está essa parte de habitação. A gente pretende que essa verba seja destinada a construir ca-



Bittar e Girão preveem que a renda seja destinada a casas populares



sas populares e incrementar os programas do governo, porque tem muita gente que não tem perspectiva, não tem onde morar, e o sonho é o da casa própria. Então para esse dinheiro, que não é pouco, tem uma expectativa grande aí — destacou Girão.

Ocupantes

O projeto modifica a lei da alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União (Lei 8.025, de 1990), aprovada no governo do ex-presidente Fernando Collor e que permitiu a venda de milhares de imóveis funcionais. Mas, ao contrário do que ocorreu na época, não haverá

preferência de compra pelos atuais ocupantes.

Caso a proposta seja aprovada, não poderão ser vendidos os imóveis residenciais utilizados pelos presidentes do Senado e da Câmara, pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e demais tribunais superiores, pelo Procurador-Geral da República (PGR) e pelos subprocuradores-gerais dos Ministérios Públicos Federal (MPF), do Trabalho (MPT) e Militar (MPM).

Segundo Girão, os membros do TCU, assim como os parlamentares, recebem proventos suficientes, além de auxílio-moradia, para alugar uma boa estadia.

— Os senadores recebem um bom salário, têm uma boa condição para conseguir, durante os dias que ficam em Brasília, ir para uma pousada, ir para um hotel. Então a gente acha que esses imóveis ficam a maior parte do tempo parados, porque os senadores estão aqui dois, três dias no máximo, e ele poderia ter uma utilidade maior, que seria o dinheiro da venda deles ser aplicado para o povo brasileiro e se acabar, a partir de agora, essa manutenção que custa aos cofres públicos uma boa quantia de milhões — disse o senador.

Forças Armadas

A proposta não altera os imóveis de propriedade militar. Para Girão, o caso das Forças Armadas é diferente e não é possível vender esses imóveis funcionais. Eles são necessários porque acolhem pessoas transferidas, avaliou:

— Eu vejo que as Forças Armadas têm uma razão de ter esse imóvel. Porque existe muita gente transferida de um estado para o outro, de acordo com a necessidade, e essas pessoas não têm onde ficar — justificou.

Segundo Santos Cruz, vídeo sobre golpe militar foi um equívoco

Em audiência ontem, no Senado, o então ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Alberto dos Santos Cruz, disse que o vídeo com defesa do golpe militar de 1964, divulgado numa rede social do Palácio do Planalto, foi publicado por engano por um funcionário e foi “um equívoco, sem nenhum viés político ou ideológico”. Santos Cruz esteve ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para dar explicações sobre o episódio, a pedido da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

— O vídeo chegou a um funcionário nosso, que repassou para um servidor da Secretaria

de Comunicação, que é quem publica os materiais na rede. E ele disparou, interpretando que fosse algo relativo a uma campanha de divulgação da Previdência Social. Foi uma divulgação infeliz, uma infelicidade do funcionário, sem nenhum viés ideológico [...] Quando ocorre um erro desses num nível governamental, sempre tem essa consequência natural. Mas não tem nada de má-fé, de ideologia ou objetivo político envolvido na questão — garantiu.

Ainda segundo o então ministro, o funcionário que pôs o material no ar tem mais de 20 anos de serviço público e já passou por outros governos. Ele foi advertido, mas não formalmente punido.

Santos Cruz também falou

sobre os problemas de infraestrutura do país e o andamento das parcerias público-privadas para resolver gargalos causados por pelo menos 14 mil obras paralisadas. Segundo ele, o governo tem trabalhado com base em três premissas essenciais para voltar a atrair investimentos: estudos técnicos bem-feitos, contratos de longo prazo e ambiente honesto para os negócios.

Exoneração

A audiência na CTFC ocorreu pela manhã e, durante o almoço, o presidente Jair Bolsonaro comunicou que Santos Cruz seria exonerado do cargo de ministro.

Por meio de nota, o Palácio do Planalto afirmou que “o presidente da República deixa claro que essa ação não afeta a amizade, a admiração e o respeito mútuo, e agradece o trabalho executado pelo general Santos Cruz à frente da Secretaria de Governo”.

O general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, que estava à frente do Comando Militar do Sudeste, será o substituto de Santos Cruz.

Ainda na audiência no Senado, questionado pela senadora Eliziane sobre o recente corte orçamentário nas universidades, Santos Cruz afirmou que considera natural a politização



Eliziane ouve o então ministro Santos Cruz a respeito de contingenciamento

do assunto e disse não ver nada de errado na reação de diversos setores.

O ministro também falou sobre os problemas de infraestrutura e o andamento das parcerias público-privadas para resolver gargalos causados por pelo menos 14 mil obras paralisadas.

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) disse que projetos na área de infraestrutura, em geral, demandam grandes investimentos, que estão fora do alcance do Estado.

— Os produtores rurais, por exemplo, são competitivos até a porteira da fazenda. Para ter produção, tem que ter infraestrutura. E quem faz a infraestrutura, via de regra, é o setor privado. O melhor legado do PT foi ter mostrado

que dinheiro público também acaba. O dinheiro público é só no nome. Vem das pessoas físicas e jurídicas. E como se tem investimento? Com segurança jurídica, com democracia, liberdade econômica e marco regulatório — afirmou.

Representantes de Roraima, Chico Rodrigues (DEM) e Telmário Mota (Pros) lamentaram a situação difícil pela qual passa o estado e pediram ajuda do governo federal em questões fundiárias e econômicas.

O general Santos Cruz reconheceu que Roraima é uma unidade da Federação com características peculiares. Só dispõe de 14% das terras para atividades produtivas e é o único estado que não está ligado ao sistema nacional de energia elétrica do Brasil.



Roberto Rocha, Rodrigues e Telmário questionaram sobre infraestrutura

Orçamento impositivo provoca divergência

Execução obrigatória de emendas de bancada apresentadas à peça orçamentária foi discutida na Comissão Senado do Futuro. PEC sobre o tema aguarda promulgação

A COMISSÃO SENADO do Futuro (CSF) debateu ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição que prevê a execução obrigatória de emendas de bancada ao Orçamento da União. As emendas são sugestões de despesas incluídas na Lei Orçamentária Anual por senadores e deputados. A PEC 34/2019 foi aprovada pela Câmara na semana passada e aguarda promulgação.

O tema divide a opinião de especialistas. O diretor de Normas Orçamentárias da Câmara, Eugênio Greggiani, elogiou a iniciativa. Para ele, o orçamento meramente autorizativo “não se coaduna mais com os princípios constitucionais”, mas ressalta que o dever de execução previsto na PEC “é relativo, não é absoluto”.

— Não afasta o cumprimento de metas fiscais ou limites de despesas. Se o Executivo achar que aquela dotação não tem viabilidade, tem que mandar um crédito adicional pedindo o cancelamento. O Executivo prefere o orçamento autorizativo, por causa da flexibilidade. Mas há um problema aqui: a não obrigatoriedade leva a uma execução

discricionária e à perda de eficácia do orçamento público como instrumento decisório. E você acaba concentrando o poder financeiro e decisório no Executivo — argumenta.

O representante do Ministério da Economia, Márcio Oliveira, criticou a proposta. Segundo ele, a participação de despesas obrigatórias em relação ao PIB saltou de 89% para 95,4% entre 2010 a 2018.

— Será que a execução orçamentária como um todo de forma impositiva independe de contrapartida? Será que não há aspectos técnicos que precisam ser avaliados? Será que há demanda formal para todos os potenciais beneficiários dos créditos do orçamento? Ou seja: às vezes há impedimentos de ordem técnica para executar o Orçamento, e o Executivo precisa ter o poder cautelar e discricionário para limitar o Orçamento se houver uma restrição de receita — alerta.

A PEC destina 1% da receita corrente líquida do ano anterior para as emendas de bancada, que terão execução obrigatória. Para o consultor Fernando Moutinho, do Senado, a proposta “é uma falácia,



Jane de Araújo/Agência Senado

Na opinião do presidente do colegiado, Mecias de Jesus, alcançar as metas do Orçamento da União é importante

um retrocesso”, que, em vez de fortalecer, vai enfraquecer o papel do Legislativo na elaboração do Orçamento.

— O Legislativo tem a prerrogativa de decidir toda a alocação. Se ele se autolimita às emendas, está abrindo mão de decidir sobre 90% para ficar com 1%. O Congresso deveria estar decidindo se vai alocar R\$ 5 bilhões para o submarino nuclear ou R\$ 2 bilhões para contribuições às Nações Unidas. Se eu me limito a distribuir uma determinada parcela, estou abrindo mão de decidir o conjunto — adverte.

Quem também critica a proposta é o analista da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Daniel Couri. Apesar de reconhecer o impacto positivo das emendas nos estados e nos municípios, o especialista entende que a iniciativa dificulta o cumprimento do teto de gastos.

— É um desafio a mais. É uma rigidez orçamentária importante. A gente está passando por um período de dificuldade de cumprimento das nossas metas fiscais.

O presidente da CSF, Mecias de Jesus (PRB-RR), defendeu o

fortalecimento das emendas.

— O que desejamos é um Orçamento seguro, para que as programações e metas sejam alcançadas — disse o senador.

Para Styvenson Valentim (Podemos-RN), é importante garantir a correta execução do Orçamento.

— Antes de ser político, eu via as emendas como uma forma de um político manter currais eleitorais. Não sei o que vou fazer com as minhas, mas não quero me apropriar do dinheiro público e não vou permitir se apropriem dele — afirmou o senador.

NOTÍCIA FALSA SE COMBATE COM BOA INFORMAÇÃO.

Na guerra contra as fake news, queremos lembrá-lo que uma das melhores maneiras de combater as notícias falsas é buscar as fontes oficiais.

O **Jornal do Senado** se dedica à difusão gratuita de informações jornalísticas de interesse público, relacionadas às atividades do Senado e do Congresso Nacional.

Todos os dias são produzidos conteúdos relevantes, como matérias, fotos e infográficos,

que são veiculados na internet e no jornal impresso. Esses materiais são também compartilhados por inúmeros outros veículos de todo o país.

A nossa missão será sempre a de garantir cobertura jornalística apartidária, imparcial e não opinativa, ou seja, acesso à informação sobre o que acontece de verdade na Casa.

Antes de compartilhar uma notícia duvidosa sobre o Senado, descubra o que o Jornal do Senado tem a dizer sobre o assunto.

Concurso poderá ter editais e provas em Libras

Projeto foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos, que também acatou requerimentos de audiências sobre normas de saúde do trabalhador e orgulho LGBTQI+

DEFICIENTES AUDITIVOS TERÃO garantia de acessibilidade para ler os editais e fazer as provas de concursos da administração pública federal na língua brasileira de sinais (Libras), para assegurar igualdade de condições com os demais candidatos. É o que garante o PL 1.231/2019, aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), o projeto garante à pessoa com deficiência auditiva acesso ao edital do concurso e também às provas escritas ou em formato de vídeo em Libras. Também permite a solicitação do auxílio de intérprete em Libras e de tempo adicional durante a realização das provas.

A proposição assegura ainda o reconhecimento da singularidade da Libras e a valorização do conteúdo em detrimento da forma da linguagem; estabelece avaliação da prova discursiva por professor de língua portuguesa com expe-

riência no ensino de pessoas com deficiência auditiva ou, na ausência da experiência, também por intérprete de Libras; e garante o exercício do cargo ou emprego pelo candidato com deficiência auditiva aprovado em concurso público.

Estrutura

Para a relatora, Mailza Gomes (PP-AC), os indivíduos surdos enfrentam uma série de obstáculos no processo de leitura de acordo com o padrão oficial da língua portuguesa. Isso acontece porque a criança surda aprende a usar a Libras desde a tenra idade. Essa língua é dotada de estrutura e gramática próprias, sendo considerada um verdadeiro elemento de construção da identidade dessas pessoas. Dessa forma, um candidato surdo submetido a uma prova escrita em língua portuguesa, uma forma de comunicação distante da sua expressão cultural, já parte em desvantagem em relação ao candidato não surdo, explicou.

— Essa é uma demanda constante das pessoas com



Texto dá ao deficiente auditivo acesso ao edital em formato de vídeo e correção da prova por professor de Libras

deficiência auditiva que me procuram em meu gabinete — frisou a relatora.

Mailza lembra que, no Brasil, se nota uma tendência de fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência, observada desde a publicação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015). Porém, é necessário avançar ainda mais, ressalta. Na opinião da senadora, além da previsão de reserva de 20% das vagas

para as pessoas com deficiência nesse tipo de avaliação, a legislação precisa assegurar métodos que equilibrem as condições de competição de todos os participantes.

Os senadores aprovaram requerimento, apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), para promoção de uma audiência pública sobre a importância das normas regulamentadoras para a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Outro requerimento aprovado, da senadora Leila Barros (PSB-DF), pede a participação da CDH no Seminário LGBTQI+, promovido pela Câmara dos Deputados. O evento é alusivo ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+, celebrado em 28 de junho, e tratará da defesa dos direitos civis, sociais e trabalhistas, das liberdades e do respeito à diversidade e à dignidade humana dessa parcela da população.

Crianças devem ter prioridade de acesso a próteses

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que garante prioridade às crianças com deficiência em idade escolar, especialmente na primeira infância, no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas. O PL 1.224/2019 agora será analisado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A autora, Mara Gabrilli (PSDB-SP) ressalta o dispositivo da Constituição que estabelece como um dos princípios do ensino a igualdade de condições para o acesso à escola, e que garante a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Segundo estatística citada pela senadora, em 2014 havia cerca de 140 mil crianças e jovens fora da escola devido a alguma deficiência.

“Concedida essa prioridade, mais crianças terão acesso mais célere a próteses, órteses e outras tecnologias assistivas, e não mais se afastarão das escolas”, afirma na justificativa do projeto.

A relatora, Mailza Gomes (PP-AC), observou que ainda hoje milhares de crianças estão alijadas da educação pela

falta de acessibilidade.

“A oferta de educação deve ser geral e sem restrições, de modo que todos aqueles em idade escolar possam dela se beneficiar. Quando a escola somente é apta a atender aos estudantes sem deficiência, cria barreiras efetivas à inclusão escolar dos estudantes com deficiência”, alerta.



Aprovação da proposta vai diminuir evasão escolar, alega Mara Gabrilli

Heinze celebra crédito do BNDES para santas casas

Luis Carlos Heinze (PP-RS) celebrou o lançamento de uma linha de crédito a juros reduzidos, pelo BNDES, para as santas casas e os hospitais filantrópicos. O senador informou que o banco irá disponibilizar R\$ 1 bilhão para o financiamento.

O senador disse que os juros serão de 9,5% ao ano. Ele considera um grande avanço já que, os hospitais conseguem dinheiro pagando juros de 15% a 20%.

— São 2,1 mil santas casas, que atendem 54% do SUS. Temos 13 milhões de internações, 7 milhões só nas santas casas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Recursos do banco estão indo para o país, destaca Lasier

Também o senador Lasier Martins (Podemos-RS) destacou o lançamento pelo BNDES da linha de crédito especial direcionada para hospitais filantrópicos.

Ao registrar operações do BNDES feitas em governos passados, o senador comemorou o fato de o recurso atender carências existentes no Brasil. Lasier informou que o presidente do banco, Joaquim Levy, convidou o diretor-geral da Santa Casa de Porto Alegre, Julio Matos, a orientar os demais diretores sobre o sistema de gestão, que é modelo para o restante do Brasil.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Mulher vítima de violência poderá ter prioridade em exames periciais

Avança projeto que assegura atendimento imediato nos centros em funcionamento, sem prejuízos à criação de centros especializados

MULHERES VÍTIMAS DE violência doméstica e familiar poderão ter prioridade na realização de exames periciais necessários à comprovação da agressão. É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PLC 26/2017 segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A coleta da prova pericial, em casos de violência, é um momento-chave após a denúncia e a demora em sua realização pode até mesmo inviabilizar a condenação de um culpado. Por isso, é preciso acrescentar essa prioridade na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), justificou o autor do projeto, o ex-deputado Laudívio Carvalho.

Segundo a relatora na CDH, senadora Leila Barros (PSB-DF), a proposição vai contri-



Para Leila, o projeto contribui para acelerar a coleta de provas periciais

buir para acelerar a coleta de provas periciais das denúncias baseadas na Lei Maria da Penha. Ela lembra ainda que a legislação já prevê a criação e a promoção de centros especializados no atendimento à mulher. E ressalta que a aprovação do projeto não prejudica a formação de centros,

apenas assegura atendimento imediato à vítima da violência nos centros em funcionamento, sejam especializados ou não.

“A prioridade definida é, portanto, necessária, pois, como afirma seu autor, a demora na coleta de provas pode até inviabilizar o andamento de um processo, a identificação de

um agressor e a condenação de um culpado”, reforça a senadora no parecer.

Alienação

Os senadoeres aprovaram requerimento de audiência pública para debater o PLS 498/2018. Leila é relatora da proposta que revoga a Lei da Alienação Parental (Lei 12.318, de 2010) e quer ouvir especialistas contra e a favor para embasar o seu relatório. A reunião ocorrerá no dia 25 de junho e terá a presença de especialistas em direito de família e de crianças e adolescentes.

— Da mesma forma que fizemos a audiência para o projeto do tabaco, que foi muito esclarecedor para o relatório, para o projeto da alienação seria muito importante, porque ele é muito polêmico e emocional — disse Leila.

Mãe de bebê internado pode suspender licença

A mãe de prematuro ou bebê com alguma doença que requeira internação prolongada logo após o nascimento poderá adiar o início da licença e o recebimento do salário-maternidade, para usufruí-los somente após a alta hospitalar do recém-nascido. É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e que agora segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo PL 1.852/2019, fica a critério exclusivo da trabalhadora o direito de pedir a suspensão da licença-maternidade decorridos 15 dias de seu início se o recém-nascido permanecer internado no hospital. A partir da alta hospitalar, a licença será retomada pelo prazo remanescente.

A ideia, como explicou a relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), é garantir que, em casos mais sérios de tratamento da saúde do nascituro, que



A senadora Juíza Selma é relatora do projeto que beneficia as mães

ficará praticamente isolado no hospital sob cuidados intensivos, a mãe não seja prejudicada com uma licença menor para cuidar da criança que estava sob cuidados do hospital nesse período.

— Neonatos que já nascem com problemas ou prematuros depois vão requisitar mais ainda a presença da mãe — afirmou.

Em seu relatório, a sena-

dora ressalta que, durante a internação, a mãe terá oportunidades limitadas de contato com sua filha ou filho. Embora necessárias e importantes para a recuperação dos bebês, as restrições de acesso às unidades neonatais dificultam o estabelecimento de vínculo entre as crianças e as mães. Assim, a imposição legal de usufruir a licença-maternidade enquanto seu bebê está longe de casa pode ter um sabor amargo para a mãe trabalhadora, argumenta.

O texto também garante para todas as seguradas da Previdência Social o direito a receber o salário-maternidade junto com a licença, ou seja, se ela for interrompida, o pagamento será suspenso até que seja retomada. Eduardo Girão (Podemos-CE) ressaltou a humanidade e o olhar fraterno e cuidadoso da relatora e da autora da proposição, deputada Renata Abreu (Podemos-SP).

Audiência na segunda vai debater feminicídio

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai promover uma audiência na segunda-feira, para debater o feminicídio no Brasil. A sugestão do debate é de Leila Barros (PSB-DF) e do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Estão convidados o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Alessandro Moretti, e o juiz Rodrigo Capez, representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Também foram convidadas a coordenadora da Secretaria de Saúde do DF, Fernanda Falcomer, a coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Soraia Mendes, e a promotora de Justiça Sara Gama Sampaio.

Projeto de lei que regulamenta a profissão de gari é retomado



Paim é autor do projeto que fixa jornada de 30 horas semanais

A regulamentação da profissão de agentes de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação das áreas públicas, os gari, voltou a ser tema de projeto de lei. O PL 3.253/2019, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), retoma o tema abordado no PLS 464/2009, que foi arquivado no fim da legislatura passada.

O projeto, que estabelece condições gerais de trabalho dos gari, incorporou emendas, relatórios e pareceres

apresentados pelos senadores ao longo dos nove anos de tramitação do projeto de 2009.

O texto estabelece uma definição de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas e garante que as atividades serão exercidas preferencialmente por trabalhadores que tenham concluído o ensino fundamental e que foram aprovados em curso especializado de formação profissional.

Além disso, o projeto define

que a duração do trabalho não pode ser superior a 30 horas semanais, que o piso salarial deve ser de R\$ 1,5 mil e que o trabalhador que lida com substâncias nocivas à saúde receberá um adicional de insalubridade proporcional ao risco, em índices que variam de 10% a 40% do salário.

O projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda a designação de relator.

Paulo Rocha denuncia aumento da violência no campo no Pará

A violência e a intolerância no campo estão aumentando no Pará, disse Paulo



Rocha (PT-PA). O senador relatou dois fatos ocorridos na quarta-feira que demonstram os conflitos existentes em disputas pela terra.

Em primeiro lugar, a ordem de despejo de 212 famílias do município de Eldorado do Carajás, instaladas desde 2008 em fazendas às margens da rodovia BR-155. Em segundo, na cidade de Rio Maria, foi assassinado, com três tiros na cabeça, Carlos Cabral Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Paim diz que greve geral marcada para hoje deve ser pacífica

A greve geral convocada para hoje pelas centrais sindicais, movimentos populares e trabalhadores da iniciativa privada e do setor público deverá ser pacífica, segundo Paulo Paim (PT-RS). O senador disse ontem que, somente numa democracia, a sociedade pode sair às ruas para manifestar sua indignação contra as medidas do governo e a situação de miséria e desemprego.

— O que está em pauta? Investimentos em saúde, fim dos cortes em educação, segurança pública, Previdência Social garantida, aposentadoria digna, emprego e renda, investimento em infraestrutura, fim da emenda que congelou os investimentos públicos.

Eliziane lembra os 108 anos da Assembleia de Deus no Brasil

Eliziane Gama (Cidadania-MA) registrou em Plenário os 108 anos de fundação da igreja Assembleia de Deus no Brasil, celebrados ontem. A abertura das comemorações será em Belém, onde a igreja começou no país. A Assembleia de Deus tem mais de 20 milhões de membros no Brasil, sendo mais de 1 milhão no Maranhão, disse. As contribuições sociais da igreja, como ações de enfrentamento às drogas e de assistência a crianças e adolescentes, foram destacadas pela senadora.

— Os líderes da comunidade evangélica fazem um trabalho de alfabetização com a utilização da Bíblia e do hinário cristão — citou.

Debate: ciência precisa da verba do Fundo Social

Projeto que destina para o setor tecnológico 20% dos recursos do fundo formado a partir da exploração do petróleo do pré-sal foi discutido ontem em audiência pública

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) debateu ontem projeto que destina 20% dos rendimentos do Fundo Social para pesquisa e desenvolvimento científico (PLS 181/2016). Criado pela Lei 12.351, de 2010, o fundo é formado por recursos recebidos pelo governo a partir da exploração do petróleo da camada pré-sal. O texto, de autoria do senador Lasier Martins (Podemos-RS), já foi aprovado em decisão terminativa pela CCT no dia 5 e aguarda decisão de recurso, antes de ser enviado à Câmara.

O secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), Marcelo Marcos Morales, afirmou que o orçamento do ministério é incoerente com o de um país que “quer despontar em conhecimento e produção científica”. Enquanto a China aplica US\$ 30 bilhões em ciência e tecnologia por ano, o Brasil dispõe de apenas R\$ 2,7 bilhões para a área, informou.

Ao defender a aprovação, Morales ressaltou que o Brasil atingiu a 13ª colocação em produção científica no mundo, no espaço de 20 anos, sendo responsável por 52% da produção científica na América Latina. O pesquisador declarou que o país alcançou um patamar “invejável” na área, mas disse que, embora a ciência nacional tenha se



Paulo Rocha (C) coordena debate sobre proposta que já foi aprovada em decisão final por comissão do Senado

desenvolvido, a atividade não pode parar.

— É através do MCTI que nós articulamos a pesquisa em todo o território nacional. O quantitativo de bolsas de pesquisas tem diminuído em função do baixo orçamento da pasta, mas é preciso lembrar que recurso para pesquisa não é gasto, é investimento.

Pesquisas

O secretário da Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), André Luiz Felisberto França, reconheceu a necessidade de aumento da produtividade para promover a competitividade e o desenvolvimento do país. Ele destacou que, embora o Fundo Social não reserve especificamente 20% de recursos para ciência e tecnologia, o próprio texto institui uma política de governança, por meio

de um conselho deliberativo, que permite o debate sobre a destinação da verba.

— Isso pode atender circunstâncias como o melhor direcionamento para uma área ou outra, em função da agenda de governo ou outras prioridades que surjam.

O secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar do Comando da Marinha do Brasil, Sergio Guida, explicou que qualquer pesquisa na Antártida ou no mar, por exemplo, é muito cara e informou que os editais atuais do CNPq são importantes, porém insuficientes.

— O último edital foi da ordem de R\$ 18 milhões. Muito pouco, quando comparado ao que nós gastamos em logística, que é um custo fixo, onde gastamos um total de R\$ 80 milhões por ano.

O secretário de Ciência,

Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Denizar Vianna Araújo, defendeu o bom senso nas tomadas de decisões, advertindo que políticas públicas referentes à saúde devem ser norteadas por evidências. E isso, segundo ele, só é possível por pesquisa.

— O Ministério da Saúde tem um dos maiores orçamentos, mas precisa usar bem esse recurso, e o MCTI é fundamental nessa articulação.

Recursos

Coordenadora-geral de Programas Estratégicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Priscila Cagni disse que o Ministério da Educação é favorável ao PLS 181/2016, com ressalvas. Segundo ela, a destinação limitada aos programas e projetos vinculados a uma instituição específica,

como o CNPq, impediria que outras ações voltadas para o desenvolvimento científico sejam beneficiadas.

O autor do requerimento para a audiência pública, Izalci Lucas (PSDB-DF), defendeu mais divulgação e conscientização sobre a pesquisa, ressaltando a importância de se popularizar o assunto. Ele atribuiu a diminuição dos recursos para a área à falta de entendimento sobre o tema e de articulação do governo.

— Espero que a gente consiga aprovar o projeto, mas é importante que os demais ministérios continuem a investir em pesquisa, aproveitando as estruturas que já existem e todos os seus potenciais.

O relator do PLS 181/2016, Jean Paul Prates (PT-RN), disse que respeita todas as destinações dos royalties do petróleo, considerando o assunto uma questão de Estado. Ao declarar que manterá o relatório como está, ele explicou que a destinação da verba para o MCTI não exclui o entendimento da pasta com Exército, Marinha ou Ministério da Saúde sobre o uso do recurso.

— A matéria ciência e tecnologia é indicada genericamente para a destinação. Isso significa que, se houver componentes de ciência e tecnologia no Ministério dos Esportes, por exemplo, e ele apresentar projetos, certamente terá uma destinação [de recursos] dada pelo governante de plantão.

Comissão aprova acordo com Alemanha sobre visto

A possibilidade de brasileiros e alemães tirarem visto de férias-trabalho válido por um ano em ambos os países foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O projeto (PDL 58/2019) já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora será votado pelo Plenário do Senado.

O acordo trata da concessão de visto temporário, com validade de um ano, a jovens de ambos os países com idades de 18 a 30 anos. O visto permitirá a permanência no território do outro país para fins de turismo, com a possibilidade de exercer um trabalho formal. O jovem não poderá estar acompanhado por dependentes e deverá já ter passagem de retorno ao país de origem ou comprovar possuir recursos financeiros para a compra da passagem de volta no prazo estipulado.

Um outro requisito será ter plano de saúde e seguro contra acidentes válido durante todo o período no outro país, com cobertura de gastos com



Flávio Bolsonaro e Esperidião Amin, relator, conversam na reunião da CRE

hospitais e repatriamento em caso de doença ou morte.

— As parcerias da Alemanha com o Brasil são absolutamente benéficas ao Brasil. São trocas de experiências importantes e enriquecedoras tanto no âmbito laboral quanto social que podem ser uma janela de oportunidades futuras para os beneficiários — destacou o senador Esperidião Amin (PP-SC), relator na CRE.

Na reunião, os senadores leram relatórios e votos para indicação de diplomatas para os cargos de embaixadores

do Brasil. Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) deu voto favorável à escolha do diplomata Luís Fernando de Andrade Serra para embaixador do Brasil na França e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Major Olimpio (PSL-SP) apresentou voto favorável à indicação de Alberto Simas Magalhães para a embaixada brasileira em Portugal.

Já o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) deu voto favorável à indicação de Flávio Soares Damico, para embaixador brasileiro no Paraguai.

Sugestão sobre reajuste de bolsas de pós-graduação vira projeto

Uma sugestão legislativa que determina aumentos anuais das bolsas de pós-graduação foi transformada ontem em projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Apresentada por um cidadão por meio do Portal e-Cidadania, do Senado, a sugestão (SUG 34/2018) obteve, entre 27 de junho a 21 de setembro do ano passado, mais de 20 mil apoios de internautas.

O autor, Augusto Cesar Spadaccia Ascitti, argumentou que os bolsistas de pós-graduação não recebem reajustes há cinco anos, o que reduz o poder de compra da “mão de obra da ciência brasileira”, que depende dos valores das bolsas como fonte única de renda.

A relatora na CDH, senadora Leila Barros (PSB-DF), considerou que a ideia merece se tornar projeto de lei, pois se trata de “garantir melhores condições

de trabalho para um grupo de pessoas que se dedica a estudos e pesquisas que contribuem, na esfera de sua atuação, tanto para a construção de novos patamares para a produção científica e tecnológica da academia quanto para o próprio desenvolvimento do país”. Leila destacou que o Brasil conta com consistentes programas de pós-graduação e uma rede de centros de pesquisa, fomentados por instituições como o CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

“Para que a máquina continue a funcionar adequadamente, é preciso que haja pessoas com tempo, disponibilidade e tranquilidade para realizar pesquisas. Já houve perdas significativas, pois os valores não têm sido alterados desde abril de 2013”, declarou ela no parecer.